

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: A ESCOLA E SUA ORGANIZAÇÃO NA ÓTICA DO RESIDENTE

Mariana Vioto Martins¹
Gizeli Aparecida Ribeiro de Alencar²

RESUMO

Respaldado tanto nos índices insatisfatórios de aprendizagem dos alunos conforme dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), quanto na necessidade de se pensar e reformular a formação docente, o Ministério da Educação (MEC), lançou o Programa Residência Pedagógica (R.P). O Programa é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores, onde visa aperfeiçoar a formação docente (campo da prática, relação teoria - prática profissional). Dito isso, foi pensando nos aspectos supracitados que nos propusemos a abordar a temática por meio de relato de experiência objetivando relatar como se deu a implementação do programa residência pedagógica em uma escola-campo no município de Maringá/PR e os espaços vivenciados pelos residentes do curso de pedagogia - núcleo ensino fundamental. Os procedimentos metodológicos deste estudo são de caráter qualitativo abordado por meio de um relato de vivências, voltados para a formação docente. Os dados evidenciaram que programas como o Residência Pedagógica de fato contribuem para a formação acadêmica pois propicia ao formando a interação teoria e prática.

PALAVRAS-CHAVES: Educação; Pedagogia; Programa Residência Pedagógica; Formação Docente;

ABSTRACT

Backed by both the unsatisfactory student learning rates and the need to think and reformulate teacher education, the Ministry of Education (MEC) launched the Pedagogical Residency Program. The Program is one of the actions that are part of the National Teacher Training Policy, which aims to improve teacher education (field of practice, theory - practice relationship). That said, it was thinking about the above mentioned aspects that we proposed to approach the theme through experience report aiming to report how the implementation of the pedagogical residency program took place in school in the city of Maringá / PR and the spaces experienced by the residents of the city. pedagogy course - core elementary school. The methodological procedures of this study are of a qualitative nature approached through a report of experiences, focused on teacher education. The data showed that programs such as the Pedagogical Residency in fact contribute to academic training because it provides students with the interaction between theory and practice.

KEY WORDS: Education; Pedagogy; Pedagogical Residence Program; Teacher training;

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.

² Professora Doutora do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá.

INTRODUÇÃO

No decorrer do curso de licenciatura em Pedagogia, realizado na Universidade Estadual de Maringá (UEM), é explícita a importância da formação docente pelo qual perpassamos, processo no qual exige atenção, concentração, percepção, dedicação e outras funções psíquicas. Sabemos que esse processo busca preparar e aperfeiçoar o professor de forma que ele domine o conteúdo, passando o conhecimento que o aluno necessita para efetivar o seu processo de ensino e aprendizagem. Isso só é possível pois o professor deve sempre buscar mais e mais conhecimento, de início essa busca cessante se dá pela formação inicial e posteriormente pela formação continuada.

Diante dessa busca, nós contamos com políticas públicas educacionais, como por exemplo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº9.394/1996, que apresentam propostas sobre formação docente, sobre direitos e deveres dos educadores, bem como o trabalho pedagógico que deve ser desenvolvido junto aos educandos, em contrapartida nos deparamos com os baixos índices de desenvolvimento desse alunado conforme dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Respaldado na necessidade de se pensar e reformular a formação docente, o Ministério da Educação (MEC) lançou o Programa Residência Pedagógica (R.P). O Programa é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores, onde visa aperfeiçoar a formação docente (campo da prática, relação teoria - prática profissional), e tem como função efetivar a atividade de formação docente, realizada por um acadêmico regularmente matriculado em curso de licenciatura, a fim de fortalecer a relação IES – escola (CAPES, 2018).

Enquanto licenciandas do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), ingressamos no ano de 2018 no subprojeto Pedagogia – núcleo docência/ensino fundamental, do qual participamos até a presente data. Deste modo, objetivamos relatar como se deu a implementação do Programa Residência Pedagógica em uma escola-campo no município de Maringá – PR, e quais os espaços vivenciados pelos residentes do curso de pedagogia - núcleo

ensino fundamental, que visa aproximar o aluno do cotidiano escolar a fim de além de relacionar a teoria e prática, também possa ter um contato com a realidade das salas de aulas e as práticas que a permeiam.

Dito isso, foi pensando nos aspectos supracitados que nos propusemos a abordar a temática por meio de relato de experiência. Os pressupostos teóricos que subsidiam as reflexões referem-se a documentos, entre eles a resolução N° 2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada, a Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, Portaria GAB nº 38, de 28 de fevereiro de 2018 e o Edital Capes nº 06/2018.

A FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº9.394/1996, surgiu a necessidade de criar políticas para a formação e valorização do professor, voltadas para a formação inicial e continuada que visam aperfeiçoar a formação docente tanto nos saberes específicos da área de atuação, como também no que refere-se a formação humana.

A formação inicial de acordo com a Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica (2018), consiste na apropriação da relação teoria e prática, oferecendo a oportunidade de vivenciar as mais variadas situações e correlaciona-las no cotidiano escolar, a fim de atender as demandas que ocorreram nos mais variados espaços pelos quais o professor perpassa até a sua formação. A formação continuada, por sua vez busca aperfeiçoar essa formação, buscando o pleno desenvolvimento dos alunos no que tange o processo de ensino e aprendizagem. Para que isso aconteça de maneira satisfatória segundo as vivências no âmbito escolar, o professor sente a necessidade de buscar ações de cunho formativo qualificando sua formação através da apropriação de conhecimentos, saberes e práticas.

Nas últimas décadas vários documentos reforçaram a importância da formação docente por meio de políticas da formação e valorização do professor, como leis, resoluções, diretrizes e etc. entretanto os documentos selecionados para maior aprofundamento neste texto foram a resolução N°2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em

nível superior e para a formação continuada, o documento preliminar sobre a Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Professores), portaria GAB nº 38, de 28 de fevereiro de 2018 e o Edital Capes nº 06/2018.

A resolução Nº2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, define princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão, nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam. Em seu Art. 3º, a formação inicial e formação continuada é abordada da seguinte forma:

Art. 3º A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os 4 direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional. (RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, p.3)

Assim sendo, a formação integral do professor deve ser realizada de forma que assegure que o desenvolvimento do educando seja de forma plena e efetiva, perpassando por processo dinâmico e complexo, voltado a melhoria da qualidade social da educação e também a valorização profissional.

Vale ressaltar de acordo com essa resolução, a importância da articulação entre ensino e pesquisa, visto que essa articulação permite ao professor um olhar ainda mais crítico diante das situações vivenciadas durante o processo de formação inicial ou continuada, deste modo, é dever dos centros de formação incentivar essa articulação, conforme explicitado no parágrafo único:

Parágrafo único. Os centros de formação de estados e municípios, bem como as instituições educativas de educação básica que desenvolverem atividades de formação continuada dos profissionais do magistério, deverão contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino e pesquisa, para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o plano institucional, o projeto político-pedagógico e o projeto pedagógico de formação continuada. (RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, p.5)

Essa articulação é importante pois incentiva o professor buscar resultados através de pesquisas e estudos, sempre contemplando as leis e documentos que subsidiam tais instituições, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e o projeto político pedagógico (PPP).

Outro documento que trata sobre a formação docente e ainda não foi promulgado é a Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica (BNC – Professores) que em sua versão preliminar traz como objetivo melhorar a qualidade do ensino oferecido aos alunos ao mesmo tempo em que valoriza o professor. Para alcançar esses objetivos, a Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica é baseada em eixos, sendo eles: conhecimento, prática e engajamento.

No eixo do conhecimento, o professor deverá dominar os conteúdos e saber como ensiná-los, demonstrar conhecimento sobre os alunos e seus processos de aprendizagem, reconhecer os diferentes contextos e conhecer a governança e a estrutura dos sistemas educacionais.

Já no eixo da prática, o professor deve planejar as ações de ensino que resultem na aprendizagem efetiva, saber criar e gerir ambientes de aprendizagem, ter plenas condições de avaliar a aprendizagem e o ensino, e conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, competências e habilidades previstas no currículo.

No terceiro e último eixo está o engajamento. É necessário que o professor se comprometa com seu próprio desenvolvimento profissional, com a aprendizagem dos estudantes e com o princípio de que todos são capazes de aprender. Também deve participar da elaboração do projeto pedagógico da

escola e da construção de valores democráticos. Além de ser engajado com colegas, famílias e toda a comunidade escolar.

Vale ressaltar que a BNC – Professores, também propõe mudanças referentes ao curso de Pedagogia, sugerindo que nos quatro anos de curso, dois anos sejam de formação comum e um ano de aprofundamento para cada etapa da educação a que o professor queira se dedicar em sua carreira, como educação infantil, alfabetização, etc. Também está prevista a possibilidade de cursar mais um ano de especialização com foco em gestão escolar e outro de mestrado.

Diante do exposto, constatamos que a proposta do MEC propõe que a formação inicial e continuada, aconteça dentro de um regime de colaboração entre a União, os sistemas de ensino e as instituições formadoras. Tudo a partir de uma abordagem sistêmica, pautada pela interdisciplinaridade, interculturalidade e contextualização, sem deixar de lado a criatividade, a inovação e a formação humana integral.

O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

O Programa Residência Pedagógica (R.P) foi instituído pela portaria GAB nº 38, em 28 de Fevereiro de 2018, com o intuito de reforçar a importância da relação IES – escola, pois com a implementação do Programa R.P seria possível que os alunos dos cursos de licenciatura tivessem a oportunidade de vivenciar práticas docentes de ensino dentro das escolas públicas, afim de relacioná-las com a teoria, a qual têm se apropriado por meio dos conteúdos nos cursos de licenciatura, de modo que essa relação contribuía significativamente para a formação profissional desses futuros professores.

Ainda no ano de 2018, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) lançou o Edital Capes nº 06/2018, o qual trazia a Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica e quais os objetivos do mesmo. O R.P é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores, onde visa aperfeiçoar a formação docente (campo da prática, relação teoria - prática profissional), e tem como função efetivar a atividade de formação realizada por

um acadêmico regularmente matriculado em curso de licenciatura, a fim de fortalecer a relação IES (instituições de ensino superior) – escola.

Segundo o Edital Capes nº 06/2018 o programa Residência Pedagógica (R.P.) visa:

- I. Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;
- II. Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;
- III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores.
- IV. Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (EDITAL CAPES nº06/2018)

Para efetivação desses objetivos, o trabalho docente é o ponto principal das ações desenvolvidas e está diretamente ligado ao amplo conhecimento de sua área específica de formação, portanto, faz-se necessário conhecer todas as matérias que envolvem a formação do professor, sua apropriação de conhecimentos e, sobretudo conhecimento acerca dos alunos, dos processos de ensino e aprendizagem, da escola e sua função essencial de transmissão de conhecimentos.

Com a implementação do programa (R.P.) isso passa a ser possível, pois até então, os alunos dos cursos de licenciatura tinham a oportunidade de vivenciar essas práticas somente por meio dos estágios curriculares supervisionados, porém, ao menos em nosso curso, a carga horária é apertada.

A entrada no programa R.P se deu a partir de inscrição que foi aberta para licenciados que estivessem cursando a partir do terceiro ano do curso de Pedagogia. Para concorrer a uma das vagas foi necessário preencher o currículo da Plataforma Freire e, posteriormente, passarmos por uma entrevista na qual

deveria ser apresentado certificados de cursos e participações em eventos na Instituição de Ensino Superior (IES).

Após seleção e divulgação do resultado, entraram no programa 24 acadêmicas residentes, nas quais foram divididas em 3 grupos de 8 residentes, cada grupo foi redirecionado para uma das 3 escolas-campo que participavam do programa. Cada escola possuía um preceptor selecionado por entrevista e análise de currículo. Em um primeiro momento, ocorreram encontros na IES, nos quais foram explicados como ocorreriam as atividades e quais os objetivos do R.P., tais como a divisão da carga horária que foram divididas da seguinte forma: momentos de estudos e reflexões, elaboração de materiais didáticos e artigos acadêmicos, elaboração de relatórios, autoavaliação, entre outros.

De maneira que fosse assegurada a efetivação do trabalho docente, durante a permanência no Programa R.P foi necessária a realização das seguintes competências (previstas no plano individual elaborado pelas residentes): compreender os processos de ensino e aprendizagem do processo de alfabetização e da língua escrita, tendo em vista a elaboração de planejamento e implementação de práticas alfabetizadoras, organizar planos para intervenção pedagógica em turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, considerando os conteúdos escolares das diferentes áreas de conhecimento e sistematizar e analisar as ações desenvolvidas em diferentes turmas da primeira etapa do ensino fundamental, competências nas quais foram elaboradas pelos residentes, no plano individual de atividades que seriam desenvolvidas no decorrer do programa RP.

Essas competências deveriam ser cumpridas no decorrer de 18 meses, distribuídas por 8 horas semanais, com encontros na escola e na Universidade Estadual de Maringá – UEM, assim sendo, essas competências foram propostas no plano individual de atividades ao início do Programa RP e contemplam as seguintes atividades:

Auxiliar o professor regente nas atividades junto aos alunos, sobretudo aos que apresentam maiores inconsistências na aprendizagem; aplicar avaliações diagnósticas (sondagem dos níveis de escrita) referentes a apropriação da língua escrita nos alunos; analisar as avaliações diagnósticas (sondagem dos níveis de escrita) sobre a apropriação da língua escrita, correlacionando os pressupostos teóricos e as respostas emitidas pelos alunos; participar de: conselhos de classe,

reuniões pedagógicas, conselho escolar, reuniões com pais, mostras pedagógicas com exposição de trabalhos realizados pelos alunos, teatro, etc.; confeccionar recursos didáticos pedagógicos contemplando as necessidades dos alunos que se encontram no processo inicial da aquisição da escrita e os que necessitam consolidá-la; confeccionar recursos didáticos pedagógicos adaptados para os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE); articular os elementos que compõem o plano de ensino e sua relação com os objetivos da proposta político-pedagógica da escola e a BNCC; elaborar planos de aula contemplando conteúdos de referência sugeridos pela preceptora da escola e implementá-los em sala de aula e implementações (regências) dos planos de aula contemplando os conteúdos científicos das diferentes áreas de conhecimento. (MARTINS, 2018, p.5-6)

Após expor as atividades desenvolvidas durante o Programa R.P é perceptível como o programa contribui para a formação do professor, uma vez que somente no estágio supervisionado é impossível realizar essas atividades, já que o mesmo acontece de forma aligeirada, e dessa forma é difícil ter um olhar atento sobre cada aluno e seu processo de ensino e aprendizagem.

Esse acompanhamento que acontece por meio do Programa R.P só é possível porque estamos semanalmente acompanhando cada aluno, suas particularidades e buscando uma maneira de realmente contribuir para o processo de alfabetização de cada criança, assegurando que o conhecimento científico se efetive, assim compreendendo a importância do trabalho coletivo, pois inseridos dentro da escola temos a visão de que só é possível a efetivação desse processo, visto que por trás de cada aluno, existe uma equipe pedagógica.

Por intermédio do Programa Residência Pedagógica conhecemos a realidade da escola, realidade na qual devemos estar preparados para vivenciar as mais variadas situações, como alunos que possuem dificuldade durante o processo de ensino e aprendizagem, como a família que não dá suporte no qual a criança necessita pelo fato de estarem sempre ocupados buscando o sustento de seus filhos, ou por falta de noções voltadas ao conhecimento que permeiam o processo de ensino e aprendizagem da criança. Por mais que existam casos assim, sabemos que sempre haverá uma equipe pedagógica preparada para resolver essas situações, e que o trabalho em equipe é o essencial para melhor desempenho desses alunos.

A SALA DE AULA E SUA REALIDADE

Desde o primeiro momento que chegamos a escola que foi selecionada para receber os residentes, a acolhida por parte de todos os funcionários foi algo significativo, em razão de que éramos vistos como se realmente fossemos professores efetivos, esse aspecto foi de tamanha importância, pois como acontece nos estágios supervisionados não tiveram um olhar voltado para os residentes como se estivéssemos ali atrapalhando ou apenas observando o dia a dia para depois criticar a escola que nos acolheu, mas sim para contribuir com o que tivéssemos ao nosso alcance e abstrair tudo o que acontece dentro da escola, tanto coisas positivas quanto negativas.

Para nossa surpresa, os professores e toda a equipe pedagógica nos acolheram de braços abertos e depositaram tamanha confiança no trabalho que iríamos desenvolver durante o decorrer do projeto, acreditando no nosso potencial e mostrando que realmente poderíamos contribuir de forma significativa dentro da sala de aula, no processo de ensino e aprendizagem e na escola em um todo. Isso significa muito para um licenciando, porque através dessa acolhida e recepção, nos sentimos preparados para dar continuidade a um trabalho tão importante, ser professor, e ter um olhar humano voltado para cada pessoa, acreditando que nós podemos fazer do mundo, um lugar melhor e que o ponto principal para que isso aconteça é a educação.

Em contrapartida, geralmente a locomoção era algo complicado, pois as escolas-campo eram situadas em diferentes pontos da cidade, dificultando o acesso e o percurso, pois muitos residentes tinham vínculos empregatícios em outras empresas ou escolas, e o único meio de locomoção era o transporte público, que além de caro também era limitado.

Nos dias destinados a observar, acompanhar e mediar os alunos, era um tanto quanto agitado, visto que acompanhávamos toda a rotina da escola, que contemplava desde a acolhida dos alunos, que era um momento bem difícil, sendo que a maioria dos alunos chegavam a escola, desanimados e mal-humorados, por esse motivo demoravam a se empenhar dentro da sala de aula, agindo com comportamentos que atrapalhavam o desenvolvimento das aulas.

Na sala de aula desempenhávamos as mais variadas funções, desde acompanhar os alunos até outros espaços da escola, como banheiro, biblioteca, brinquedoteca, quadra de esportes, refeitório e coordenação, também

auxiliávamos os professores, aplicando atividades e sondagens aos alunos, e quando necessário mediava alunos com dificuldades.

Para essa mediação acontecer, o aluno era retirado da sala e trabalhávamos em cima de determinada dificuldade, como por exemplo, havia tal aluno que não reconhecia as letras do alfabeto e nem os números, então ficava sob nossa responsabilidade organizar e separar materiais para essa mediação, como alfabetos móveis, folhas impressas com números de 0 a 10 e etc.. Durante a permanência em sala de aula, percebemos como há tipos heterogêneos de alunos e como professores devemos achar soluções para que esses alunos se desenvolvam.

Já no momento das refeições, também tínhamos a responsabilidade de auxiliar, visto que o refeitório não suportava todos os alunos, as horas das refeições eram separadas por turmas e ocorriam em diferentes momentos, pelo fato da agitação ao se encontrarem naquele local. No momento da saída dos mesmos, acompanhávamos e auxiliávamos na entrega dos alunos, nesse momento tínhamos contato com a comunidade escolar, pais e responsáveis.

É através das vivências citadas anteriormente que realmente nos deparamos com a realidade da sala de aula, seja nos momentos de calma ou dificuldades, digo isso pois no decorrer do dia acontece variadas situações e o responsável para amenizar essas situações dentro da sala de aula é o professor, ao mesmo tempo que ele está ali para ser a “ponte” para repassar conteúdos e conhecimentos aos alunos, também é o mediador para amenizar os mais variados conflitos, juntamente com o apoio da equipe pedagógica e dos demais funcionários.

HORA ATIVIDADE: MOMENTO DE PENSAR TODAS AS POSSIBILIDADES

Nos períodos destinados a acompanhar a hora-atividade dos professores, tivemos a oportunidade de conhecer os mais variados documentos que permeiam o âmbito escolar, um dos mais importantes e que faz com que as coisas realmente aconteçam dentro da sala de aula, é o planejamento. É através dele que descrevemos quais os conteúdos que serão trabalhados durante o trimestre, traçando qual o objetivo que desejamos alcançar e quais atividades serão aplicadas, para levar o conhecimento até o educando.

O modelo de planejamento que a Rede Municipal de Maringá utiliza é baseado na Teoria Histórico-Crítica de João Luiz Gasparin e segue os seguintes passos: 1.prática social inicial, 2.problematização, 3.instrumentalização, 4.catarse e 5.prática social final, é através desses 5 passos que baseamos o desenvolvimento das aulas e buscamos efetivar o processo de ensino e aprendizagem.

Através da relação teoria-prática buscamos mostrar aos alunos que tudo o que será ensinado dentro da sala de aula realmente contribui para sua formação social, segundo Gasparin (2011), tanto o professor, quanto os alunos possuem uma prática social inicial dos conhecimentos antes que se tornem conteúdos escolares. O fato de por em comum, teoricamente, o conhecimento do professor e a realidade dos alunos oferece elementos para uma avaliação prévia que poderá dar um novo sentido tanto para o ensino quanto para a aprendizagem. Este ponto inicial torna-se um marco para avaliar o crescimento do professor e dos alunos, no decorrer e ao final do processo de ensino e de aprendizagem.

Além do planejamento também tivemos contato com alguns dos documentos norteadores da educação para o município de Maringá, como a Proposta Curricular do Município de Maringá, o Projeto Político Pedagógico da instituição (PPP) e documentos elaborados pela Secretaria de Educação de Maringá (SEDUC) que visam desde acompanhar o plano de aula do professor como também traz sugestões para melhor efetivar o ensino dentro das escolas do município de Maringá. Os documentos elaborados pela SEDUC, eram discutidos durante a hora-atividade dos professores, juntamente com os supervisores da escola, buscando sempre uma consonância para melhor efetivar o processo de ensino e aprendizagem.

Durante a permanência no Programa RP, conhecemos os mais variados ambientes dentro da escola e através da vivência dentro dessa instituição fica visível como se dá a estrutura-organizacional da mesma e quais os cargos e atribuições de cada um, tanto professor, supervisor, coordenador e diretor, e cada qual exerce determinado papel e desempenha tais ação.

Porém todos estão interligados e buscam o mesmo resultado, realizar um processo de ensino e aprendizagem de qualidade, fazendo com que os alunos

saíam da instituição motivados a sempre dar o seu melhor, buscando dar aprofundamento e continuidade aos estudos.

É importante ressaltar como o Programa R.P realmente nos insere dentro da instituição como professores efetivos, pois além de acompanhar a rotina dentro da sala de aula, a hora-atividade dos professores, conselho de classe, também temos contato com a comunidade externa, pais e responsáveis.

Esse contato se dá pois participamos frequentemente de reuniões pedagógicas, reuniões de pais, apresentações em datas comemorativas e etc.. também tivemos a oportunidade de participar da Jornada Pedagógica realizada pela Secretária Municipal de Educação (SEDUC), com a palestrante: Dr^a Emília Cipriano, que trabalhou o tema: “SABER e AFETO do ser professor e o processo avaliativo na escola.”, evento que nos proporcionou tamanho conhecimento, pois notamos como a rede é vasta e como é grande o número de servidores que desempenham os mais variados papéis para fazer nossa educação ir cada vez mais longe.

A TEORIA-PRÁTICA VIVENCIADA POR MEIO DA RELAÇÃO IES

O Programa R.P se estende além dos muros da escola, pois quinzenalmente nos encontrávamos na Universidade Estadual de Maringá – UEM, para participarmos de formações teóricas e para realização de cursos teórico-práticos sobre temáticas como preparação de recursos pedagógicos que seriam utilizados na sala de aula, técnicas com o uso da aquarela, que tinha como objetivo correlacionar a sala de aula ao processo de desenvolvimento do aluno, pontuando elementos que poderiam ser úteis no processo de alfabetização e desenvolvimento dos alunos como um todo.

Também foram abordadas técnicas para uso de E.V.A, a fim de mostrar que todo material que é confeccionado, pode ir além de ser apenas algo atrativo, dispondo de conhecimento, levando aprendizado até o aluno.

Foram realizados cursos de extensão, com os seguintes temas: transposição da letra cursiva, níveis de escrita, consciência fonológica e escrita e reescrita.

O primeiro curso de extensão aconteceu no dia 05/10/2019, e foi intitulado “Língua escrita: transposição da caixa alta para a letra cursiva” e teve como objetivo conceituar e exemplificar o trabalho dos professores com a letra cursiva no processo de alfabetização, assim como, ensinar técnicas para a transposição da letra em caixa alta para a letra cursiva.

O segundo curso de extensão, realizou-se no dia 19/10/2019, foi denominado “Do Grafismo Primitivo ao Ortográfico: Subsídios Teóricos Metodológicos para a Verificação dos Níveis de Escrita”, e foram trabalhados os níveis de escrita na alfabetização brasileira. Trazendo como objetivo apresentar as finalidades dos níveis de escrita sob a perspectiva teórica de Emília Ferreiro e Ana Teberosky.

Já o terceiro curso de extensão ocorreu no dia 26/10/2019 e foi nomeado: “Consciência Fonológica”. Este curso teve por objetivo apresentar conceitos, finalidades e possibilidades de práticas pedagógicas com ênfase na consciência fonológica, no qual auxilia no processo de alfabetização.

O quarto curso de extensão aconteceu no dia 09/11/2019, e foi designado como “Escrita, revisão e reescrita de textos: proposições teórico-práticas com o intuito de refletir sobre práticas de escrita e reescrita de texto de crianças em situação escolar, tomando-se essas atividades como inerentes à produção de textos, ponto de partida para a aprendizagem da língua escrita”. E teve como intuito de refletir acerca do significado do processo de reescritura de texto na escola.

As aulas que foram realizadas na UEM contribuíram tanto quanto o dia a dia dentro da sala de aula, pois é nesses encontros que muitas vezes nos deparamos com conteúdos, que infelizmente não são trabalhados durante a graduação ou o são de forma aligeirada. Essas aulas teórico-práticas contribuíram positivamente para nossa formação, visto que une a teoria à prática de forma que seja possível utilizar o lúdico no dia a dia, aguçando a curiosidade e motivando as crianças a buscar aprender sempre mais e obter o verdadeiro conhecimento que contribuíra significativamente para o processo de ensino e aprendizagem dos nossos alunos, assim, deixando a aula mais diferente do que atualmente os alunos estão acostumados, saindo da rotina mas ao mesmo tempo trazendo tamanho conhecimento aos alunos de maneira mais agradável e divertida.

A importância ultrapassa as paredes da sala de aula, em razão de que tudo o que é ensinado nessas aulas traz tamanho conhecimento aos docentes, de forma que aplicando essas técnicas, saímos do tradicional e busquemos a inovação nas práticas utilizadas no nosso dia a dia, isso ocorre a partir do momento que utilizamos os mais variados recursos pedagógicos durante nossas aulas, como músicas, filmes, jogos, brincadeiras, dinâmicas e etc., assim, saindo do convencional, trazendo novas táticas que não se restringem somente ao uso do livro didático e do quadro-negro.

Para levarmos esse conteúdo lúdico até o aluno, se faz necessário que o mesmo seja repassado para nós de forma concreta e correta, de forma que dominemos todo o conteúdo e ações que permeiam esse conteúdo, isso só se efetivou pois profissionais e professores especializados foram responsáveis por nos capacitar. Essa capacitação ocorreu por meio de variados cursos que abordaram diferentes temáticas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletindo a respeito das vivências dentro da sala de aula, do acompanhamento da hora atividade e da relação da Instituição de Ensino Superior (IES) e escola, como também as políticas públicas voltadas para a formação docente, os conhecimentos compreendidos, as vivências adquiridas durante o Programa Residência Pedagógica é notório como essa junção possibilitou que progredíssemos de forma profissional e pessoal, tanto no campo de atuação como em nossas vidas, pois durante nossa permanência no Programa RP passamos pelos mais variados desafios, entre eles a falta de comprometimento dos alunos, a irresponsabilidade dos pais em não acompanhar e presenciar o desenvolvimento dos filhos por questões pessoais, a elaboração do plano de aula durante as intervenções aplicadas, o deslocamento até a escola-campo e etc.. sejam eles relacionados a prática desenvolvida dentro da escola, as experiências que tivemos enquanto alunos ou enquanto mediadores do conhecimento e também aos aspectos positivos e negativos pelos quais se esbarramos no decorrer dos 18 meses que participamos do Programa RP.

Durante a permanência no Programa RP, cada dia que estávamos inseridos na rotina da escola, ou desenvolvendo as atividades propostas no plano individual do programa, foi primordial para nossa formação, pois através dessas vivências aguçamos um olhar atento e crítico de forma que percebemos as particularidades e necessidades de cada aluno, buscando sempre se atentar aos detalhes, em busca de melhorar nossa didática quando se deparamos com essas necessidades, sejam elas intelectuais, pessoais, físicas, motoras ou cognitivas, assim efetivando uma educação que atenda as particularidades e necessidades de cada aluno.

Isso só se concretizou pois de fato estávamos inseridos semanalmente dentro da sala de aula e assim foi possível acompanhar o desenvolvimento dos alunos e se necessário intervir nesse processo, mediando o conhecimento e buscando meios para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem, consegue-se, a partir disso, vislumbrar possibilidades que somente a participação no Programa RP nos proporcionou, pois somente por meio do acompanhamento contínuo dentro da escola isso se efetivou.

Portanto é nítido como o Programa RP contribuiu para a formação do professor, pois é através da relação IES – escola, que conseguimos se integrar dentro da escola e observar, acompanhar e participar do processo de ensino e aprendizagem, de maneira que tenhamos uma experiência antes de concluirmos a graduação, tendo a oportunidade de relacionar a teoria e a prática, percebendo que nem tudo acontece da maneira que está descrito, pois cada caso tem suas particularidades e o que tem resultado positivo para um aluno, conseqüentemente pode não ter para outro.

Essa relação IES – escola é muito importante para a formação de todos os futuros professores, e acredito que todos os alunos das instituições de ensino superior deveriam passar por essa experiência, e para que isso realmente aconteça é necessário que ocorra a ampliação do Programa RP, pois somente assim os alunos terão a oportunidade de participar do processo de ensino e aprendizagem. Ao final desse relato de experiência, é evidente como o Programa R.P contribuiu para a formação acadêmica como um todo, seja profissionalmente, pessoalmente ou fisicamente.

Caso surja a oportunidade, participe do programa R.P e eternize as mais variadas experiências, de maneira que as mesmas marcarão a sua vida para

sempre, fazendo com que você busque sempre dar o melhor como pessoa e professor, buscando constantemente disseminar o conhecimento de forma que contribua incrivelmente para a vida de cada criança e de cada pessoa que passe pelo seu caminho.

REFERÊNCIAS

GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 2/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: CNE, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=124721-texto-referencia-formacao-de-professores&category_slug=setembro2019&Itemid=30192 acesso em: 14.09.2019

BRASIL. Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Edital CAPES nº 06/2018. Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica. Brasília, 2018b. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-Edital-6-2018-Residencia-pedagogica.pdf>. Acesso em: 14.09.2019.

BRASIL. Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria GAB nº 38/2018. Institui o Programa Residência Pedagógica. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/01032018-portaria-n-38-de-28-02-2018-residencia-pedagogica.pdf>. Acesso em: 15.09.2019.

BRASIL, Proposta para a base comum da formação de professores da educação básica (versão preliminar). Brasília DF: MEC, dezembro de 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105091-bnc-formacao-de-professores-v0&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14.09.2019